

Resenhas de Livros

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
& Humberto Machado
O Império do Brasil

Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, 502 pp.

É sempre um enorme desafio fazer livros gerais, panorâmicos, sínteses sobre um período histórico ou sobre a história de determinado país ou sociedade. O risco da simplificação ou do esquematismo não é pequeno, quando se quer atingir um público mais amplo e a tentativa de contorná-lo não raro traz o risco oposto de transformar um livro de divulgação em texto monográfico. Não por acaso, cada vez é mais comum a publicação de obras coletivas de síntese, no fundo compostas de vários estudos monográficos de especialistas. Para dar somente um exemplo, citaria a *História da Expansão Portuguesa*, em cinco volumes, organizada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, que a meu ver funcionou bem nesta linha.

O livro de Lúcia Bastos Pereira das Neves e Humberto Machado, escrito a quatro mãos, enfrentou o desafio de propor um livro de síntese sobre o Brasil imperial e saiu-se muito bem. Antes de tudo, *O Império do Brasil* oferece ao historiador uma história cronológica do período

imperial. O livro inicia, assim, como deve ser, com a transmigração da Família Real, em 1808, trânsfuga da tormenta napoleônica que varria a Europa, sem poupar a Península Ibérica. E se encerra com o 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República a que o povo, segundo Aristides Lobo, assistiu *bestializado*.

Entrementes, o leitor de *O Império do Brasil* conhecerá muito mais sobre a sociedade brasileira da época do que a simples sucessão de fatos, embora tudo isto esteja no livro: a chegada da corte, a coroação de D. João VI, a independência, a Constituição outorgada de 1824, a abdicação de D. Pedro I, as regências e as sedições do período regencial, o Golpe da Maioridade, os gabinetes, o Segundo Reinado, as leis abolicionistas, a crise da monarquia, o 15 de novembro de 1889. Personagens de todo tipo, sobretudo as celebridades de todos os matizes, aspectos institucionais, fatos políticos, nada disso falta ao livro, muito cuidadoso, aliás, nas informações que fornece.

Mas, como vinha dizendo, o leitor conhecerá muito mais, porque nossos autores conceberam a obra de modo a combinar uma exposição cronológica da história imperial com verticalizações temáticas, nas quais expõem não apenas erudição e atualização bibliográfica como fontes documentais pertinentes, a exemplo de panfletos políticos, material estatístico, crônicas de viajantes, literatura, notícias e crônicas da imprensa, enfim, todo um manancial de documentos que não só ilustram os temas abordados como podem estimular pesquisas monográficas, no caso dos estudantes de história interessados no Brasil oitocentista.

E – vale dizer – não há *parti pris* em favor de qualquer dimensão ou domínio da história. História política, econômica, cultural, social, todas elas aparecem no livro de forma criativa e não compartimentada, de sorte que cada um dos oito capítulos abrange, com diferentes ênfases, conforme os temas respectivos, as múltiplas faces da história imperial.

“A Corte na América”, primeiro capítulo, reconstitui a inédita corte joanina no Brasil – inédita porque jamais uma corte européia havia migrado para as finisterras coloniais, embora no caso português se houvesse outrora cogitado desta solução. O melhor do capítulo é o ambiente de corte tratado ali à luz do que Norbert Elias escreveu sobre o assunto, examinando outras cortes menos exóticas – se me for permitido tal adjetivo – e fica-se com a nítida impressão, para não dizer

convicção, de que o período joanino e o próprio Príncipe Regente, depois Rei, não foram a caricatura que muitos deles fazem e o senso-comum de certo modo adotou. Bastaria lembrar os esforços “civilizadores” inspirados numa certa ilustração, as medidas adotadas a partir da Missão Francesa e muitas outras novidades para que se desmonte, completamente, a visão da corte joanina como uma corte farsesca.

“Portugueses ou Brasileiros?” – pergunta que dá título ao segundo capítulo, apresenta, em meio à narrativa do conturbado quadro político que desemboca na Abdicação de nosso primeiro imperador, a própria gestação de um império brasileiro como projeto político. Império que deita raízes, nem tanto na idéia de um império colonial português, de resto um tanto vaga na Época Moderna, mas no projeto político de D. Rodrigo de Souza Coutinho de um “império luso-brasileiro”. Os autores mostram como, de fato, a história acabou por adotar a idéia, na esteira dos movimentos constitucionalistas português, depois o brasileiro, este último aqui enfrentado, a partir de 1823, pelas tendências absolutistas do imperador. Portugueses ou brasileiros? – pergunta que conduz os autores a discutir a construção de identidades que, entre nós, foram antes de tudo políticas.

O capítulo 3 passa à economia e por isto se chama “O poder do café”. A ênfase recai, assim, na expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba,

a escravidão que a sustentou, a expansão para novas áreas. Mas cuidam os autores de mostrar que nem tudo era café, quer na pauta das exportações, quer na economia interna do império; mostram, ainda, o peso crescente da imigração à medida em que escasseava o braço escravo, sobretudo após a extinção do tráfico, em 1850; e mostram, ainda, que a consolidação de uma economia exportadora e escravista dependeu não apenas da dinâmica dos mercados, mas da construção de certa ordem política. A cafeicultura avançou com o tráfico crescente, com a demanda internacional pelo produto, mas de certo à medida em que as sedições provinciais e revoltas de vários tipos cederam à hegemonia do Rio de Janeiro e províncias do sudeste – Minas e São Paulo em especial.

O capítulo 4 desloca o foco para o que chamaríamos de vida cotidiana e aspectos culturais, sobretudo na primeira metade do século XIX. Traz por título “Entre a Tradição e o Progresso”, e transporta o leitor para a ambivalência de padrões culturais distintos, não raro opostos, no qual se combinavam as heranças coloniais e a modernidade importada da França e da Inglaterra. Os autores traçam panorama bem vasto sobre manifestações literárias, educação, religiosidades, sociabilidades, quer das classes letradas ou abastadas, quer das populares. Mas, entre o país ideal e o país real, despontava, como dizem os autores, o projeto dos intelectuais brasileiros que, gravitando em torno do poder ou nele emplastrados, consideravam a

educação o instrumento essencial para difundir a civilização e o progresso no Brasil escravista.

Capítulo 5: “Coronéis, clientes e bacharéis”. Tem-se aí um panorama político do Segundo Reinado, a consolidação do Império sob D. Pedro II e sua elite brasonada, apoiada, em grande medida, numa teia de instituições, parte delas muito moderna, porém ancorada em certas tradições. Tradições nas quais as relações pessoais, hierarquizadas e pautadas em redes clientelares de variado tipo, jogavam papel decisivo na tessitura do poder.

O capítulo seguinte, “Salões e cortiços”, aborda, em vários tópicos, temas clássicos da modernização ocorrida após 1850, a exemplo da “Era Mauá”, do impacto das ferrovias, da urbanização, mas tem por meta essencial acentuar os contrastes sociais. De um lado, o mundo dos salões e cafés, nos quais se deleitavam a elite brasonada ou mesmo as classes emergentes da época, um tanto aburguesadas, e comerciantes e empresários. De outro lado, a miséria e pobreza de nossa *sans-culloterie* da época, os pobres, os escravos de ganho que se alugavam nas cidades.

“A morte da escravidão” é o capítulo 7, e nele se encontra uma das chaves da crise da monarquia e, num falso paradoxo, do seu sucesso. Mas é da escravidão que trata o capítulo: as vicissitudes do tráfico até sua extinção, as revoltas e quilombos; a emergência do abolicionismo. Melhor dizendo, dos abolicionismos, pois entre caifazes, Nabuco,

Patrocínio e a própria Lei Áurea, foram muitos os projetos e inquietações. Afinal, como ficaria o Brasil sem escravos? E como ficaria o Brasil com os negros no “mundo dos brancos” ou *quase-brancos*, como diria o poeta? Questões que inquietaram as elites e contra-elites do próprio período.

O capítulo derradeiro é o requiem do regime, de certo modo preludiado pela Guerra do Paraguai, pela inquietação da caserna, pelas questões militar e religiosa, temperado o clima anti-monárquico pelo positivismo, republicanismo e até outros *ismos* mais radicais, embora muito acanhados nesse tempo. O epílogo é o 15 de novembro e a consagração do lema positivista: Ordem e Progresso.

Complementado por dois preciosos anexos – um contendo resumida apreciação sobre a historiografia acerca do Império e outro sobre a evolução político-partidária no Segundo Reinado, além de excelente bibliografia e valioso índice onomástico – *O Império do Brasil* cumpre perfeitamente a missão a que se propôs: sintetiza a história do nosso Império com rigor factual, narrativa fluente e riqueza analítica. O leitor leigo ou profissional que se debruçar sobre o volume nele encontrará uma história com horizonte largo, uma história que, embora estude muitos panfletos do XIX, não é desses manuais panfletários que assombram nossa bibliografia. Um livro de história, portanto – da boa história.

Teria muita dificuldade, assim, em

encontrar alguma lacuna, motivo para alguma crítica mais ácida. Mas para não deixar de fazer uma, digo que falta ao livro uma descrição mais alentada e pormenorizada sobre o Baile da Ilha Fiscal, algo mais do que se lê à p.341, festança que terminou às 5 da manhã do dia 10 de novembro, após magnífica girândola de fogos, uma beleza, a nobreza bêbada e mais coisas que não caberiam numa resenha. Mas, a bem da verdade, há que reconhecer que o Império estava quase desaparecendo nesta madrugada carioca.

Prof. Dr. Ronaldo Vainfas
Universidade Federal Fluminense/UFF